



IV SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

“Educação Pública em Tempos de Reformas”

Dourados - MS, de 09 a 11 de Setembro de 2019

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Kaio da Silva BARCELOS (UFGD)¹

Morgana de Fátima Agostini MARTINS (UFGD)²

Eixo 2 – Formação inicial de professores.

RESUMO: Em relação à formação dos professores, a resolução CNE/CP 009/2001 ressalva a importância da formação inicial e continuada serem construídas com base em debates e princípios fundamentados da educação especial. O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar o atual cenário da produção científica sobre a formação de professores de educação física e as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão escolar de crianças com autismo na rede regular de ensino. Para tanto, foi realizado um levantamento de artigos científicos publicados nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online- SciELO* e Google Acadêmico, entre os anos de 2014 e 2018. Após seguir os critérios estabelecidos para a seleção dos trabalhos, foi feita a leitura de 10 trabalhos e posteriormente os resultados dos trabalhos foram abordados de forma descritiva em um item do artigo. Os estudos afirmam que a avaliação das políticas públicas em dez anos ainda é um tema muito complexo, que envolve diferentes frentes, ocasionando ainda em uma reinterpretação em contextos locais, em suas variáveis como: escolas, cidades, etc. A formação de professores no Brasil para a área de educação especial, é acometida por sérios desafios, diante de diversas reformas propostas em nosso país. A falta de formação tanto inicial quanto continuada acarreta em práticas segregadoras, podendo-se observar que há ainda muita dificuldade no processo de inclusão escolar. Conclui-se que são necessárias mais pesquisas relacionadas à temática, para que assim possa-se compreender e buscar estratégias para auxiliar o processo de inclusão escolar.

Palavras chave: Autismo. Inclusão Escolar. Formação de Professores.

REFERÊNCIAS

¹ Discente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, PPGedu/UFGD.

² Docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, PPGedu/UFGD.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5**. Tradução de Maria Inês Correa Nascimento et al; revisão técnica Aristides Volpato Cordiolo. 5 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

BRASIL. Lei 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Educação Física e Desportos. Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

CARNEIRO, R. U. C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. 2006. 219 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2006.

COSTA, V. A, LEME, E. S. Políticas Públicas de Educação inclusiva e formação docente: Experiência no Brasil e México. In: MIRANDA, T. G. **Práticas de inclusão escolar: Um diálogo multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2016.

Federativa do Brasil, Brasília, 27 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 out. 2018

FILUS, J.; MARTINS JUNIOR, Joaquim. Reflexões sobre a formação em Educação Física e sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. **Rev. de Educação Física/ UEM**. Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREITAS, H.C.L. A reforma universitária no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1999.

GASPAROTTO, D.; MENEGASSI, R. Aspectos da pesquisa colaborativa na formação docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 948-973, 2016.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via de colaboração entre Educação Especial e Educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n41/06.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MENDES, Enicéia G, XIV Jornada de Educação Especial e II Congresso Internacional de Educação Especial e Inclusiva– Universidade Federal de São Carlos. UFSCar. **Possibilidades de avanço para as políticas de Educação Especial no Brasil**. Unesp. 30 de abril a 03 de maio de 2018.

_____. Parecer CNE/CP 009/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena (2001);

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa: Gradiva 2005

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.